

(DES)ENCONTROS E (RE)ARRANJOS:

o que Michel Pêcheux diria sobre uma
teoria do sujeito para o jornalismo
literário?

Copyright © 2018
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

FABIANO ORMANEZE

Universidade Estadual de Campinas/ Centro Universitário

Metrocamp, Campinas – SP, Brasil

ORCID: 0000-0003-0739-7584

DOI: 10.25200/BJR.v14n3.2018.1132

RESUMO – O objetivo deste trabalho é refletir sobre o conceito de sujeito empregado na abordagem teórica sobre o jornalismo literário (JL), entendendo que uma prática discursiva que se define a partir da subjetividade deve promover um diálogo com discussões acerca da historicidade, o inconsciente e a ideologia. Parte-se de inquietações apresentadas por diferentes autores no sentido de que o JL se coloca numa posição de diferenciação e de alternativa em relação às propostas tradicionais de produção jornalística. Ao inserir-se nesse outro espaço de produção de sentidos, mobilizamos a teoria da linguagem de Michel Pêcheux para explicar a subjetividade fundadora entre o ato de escrever e ler um texto que apresente as características do JL. A partir da reflexão sobre o que poderia ser analisado num texto da imprensa que contém características tidas como literárias, são apresentados alguns dos questionamentos que uma abordagem discursiva é capaz de indicar para o jornalismo, bem como o que seria a estética da literatura na abordagem pecheutiana. Concluímos sobre a necessidade de uma análise ideológica do JL que seja acrescentada e proponha avanços à reflexão dos aspectos formais de linguagem e conteúdo, tradicionalmente realizada na área.

Palavras chave: Jornalismo literário. Discurso. Estética. Pêcheux.

(DIS)ENCOUNTERS AND (RE)ARRANGEMENTS: what would Michel Pêcheux say about a theory of subject for literary journalism?

ABSTRACT – The purpose of this paper is to reflect on the concept of subject used in the theoretical approach on literary journalism (LJ), understanding that a discursive practice that is defined from subjectivity must promote a dialogue with discussions about the historicity, the unconscious and the ideology. It is based on the concerns expressed by different authors in the sense that LJ places itself in a position of differentiation and alternative in relation to traditional proposals of journalistic production. By inserting itself in this other space of meaning production, we mobilize Michel Pêcheux's theory of language to explain the founding subjectivity between the act of writing and reading a text presenting the LJ characteristics. From the reflection on what could be analyzed in a

press text containing characteristics considered as literary, some of the questions that a discursive approach is capable of indicating for Journalism are presented, as well as what would be the aesthetics of literature in the Pêcheux's approach. We concluded on the need for an ideological analysis of LJ that is added and it proposes advances to the reflection of the formal aspects of language and content traditionally carried out in the area.

Key words: Literary Journalism. Subject. Discourse. Aesthetics. Pêcheux.

(DES)ENCUENTROS Y (RE)ARRANJOS:

¿Qué diría Michel Pêcheux sobre una teoría del sujeto para el periodismo literario?

RESUMEN – El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el concepto de sujeto empleado en el abordaje teórico sobre el periodismo literario, entendiendo que una práctica discursiva que se define a partir de la subjetividad debe promover un diálogo con discusiones acerca de la historicidad, el inconsciente y la ideología. Se parte de inquietudes presentadas por diferentes autores en el sentido de que el periodismo literario se sitúa en una posición de diferenciación y de alternativa en relación a las propuestas tradicionales de producción periodística. Al insertarse en ese otro espacio de producción de sentidos, movilizamos la teoría del lenguaje de Michel Pêcheux para explicar la subjetividad fundadora entre el acto de escribir y leer un texto que presente las características del periodismo literario. A partir de la reflexión sobre lo que podría ser analizado en un texto de la prensa que contiene características tenidas como literarias, se presentan algunos de los cuestionamientos que un abordaje discursivo es capaz de indicar para el periodismo, así como lo que sería la estética de la literatura en el abordaje de Pêcheux. Concluimos sobre la necesidad de un análisis ideológico del periodismo literario que se añada y proponga avances a la reflexión de los aspectos formales de lenguaje y contenido, tradicionalmente realizada en el área.

Palabras clave: Periodismo literario. Asunto. Discurso. Estética. Pêcheux.

1. Inquietações introdutórias

Uma inquietação, derivada de leituras e análises realizadas num percurso acadêmico dentro e fora do campo do jornalismo, mobiliza este artigo: seria o jornalismo literário (doravante JL) capaz de, em toda sua complexidade estético-discursiva, ser explicado apenas por uma teoria? A pergunta reveste-se de pertinência diante da percepção de que, ao se apropriar de formas estéticas de escrita e condução narrativa, tocam-se diretamente as questões da subjetividade e do sentido.

A hipótese da imprecisão de uma tentativa de compreender o JL apenas pelos campos historicamente a ele associados – como a comunicação e o jornalismo – deve-se, sobretudo, a lacunas indicadas pelos próprios estudiosos, desde clássicos, como Wolfe (2005), até os mais contemporâneos, como Pena (2006), Bulhões (2007), Lima (2009) e Martinez (2017). De modo geral, as teorias tentam explicar o JL a partir da negação dos postulados positivistas que nortearam

a emergência do jornalismo no século XX e, conseqüentemente, fundaram as teorias que tentaram compreender a imprensa. Todavia, certo insucesso nessa empreitada é sintetizado por Medina:

Quem diria que as mentes e os corações contemporâneos teriam, no século XXI, uma experiência tão dramática de incertezas, indecisões e angústias transcendentais. Afinal, a ciência positivista do século XIX prometia uma racionalidade que avaliaria com precisão e resolveria com clareza de princípios os problemas da humanidade (Medina, 2008, p. 46).

A problemática, aliada ao atual estágio das comunicações, com crescente descrença nos meios tradicionais e a emergência de noções como a de pós-verdade, mostra que, na contemporaneidade, não há mais espaço para discursos teóricos totalizantes. Abre-se, então, um caminho para reflexões que se (des)encontram, (re)arranjam-se, conectam-se.

Não tendo desenvolvido convenientemente os estudos no campo das ciências do discurso (da linguística à semiótica, passando pela filosofia e pela história), [o jornalista] comunga indistintamente com produtores de informação ou proprietários dos meios de comunicação o conceito tradicional de objetividade (Medina, 2006, p. 120).

Alguns passos em direção a uma teoria própria para a explicação do JL, que expandisse as perspectivas epistemológicas tradicionais, foram dados por Lima (2009), ao propor que a questão seja tratada com um olhar transdisciplinar, associando campos bastante diversos, como a comunicação, a arte, a psicologia e a física quântica: “Precisamos de tudo isso e de reconhecermos que a ciência dedicou muito tempo a conhecer o mundo objetivo, mas pouco o mundo subjetivo” (Lima, 2009, p. 440). Indo numa direção complementar à de Lima, embora colocando em diálogo um arcabouço teórico distinto, nosso objetivo é refletir acerca de uma proposta teórica para caracterizar o sujeito-jornalista, reconhecendo uma inexorável relação entre subjetividade, ideologia e materialidade histórica. A perspectiva que adotamos é a teoria da linguagem desenvolvida na França a partir do final dos anos 1960 pelo filósofo Michel Pêcheux (1938-1983), com algumas intersecções com Michel Foucault (1926-1984).

Entendemos ainda que uma abordagem discursiva pode contribuir para a formação do jornalista, pois ela compreende a linguagem para além de um jogo entre o literal e o figurado,

colocando o sentido numa perspectiva histórico-material. Além disso, essa perspectiva abre-se para a discussão sobre os efeitos da interpretação que, inevitavelmente, ocorrem em todo ato de observação e representação do mundo.

2. Questionamentos (im)pertinentes

Para a abordagem do questionamento central deste texto e a proposição que aqui fazemos, tomamos como objeto uma reportagem na versão online da revista *piauí*, publicação considerada um exemplo atual da prática do JL no Brasil. O texto, intitulado “Me deixe fora desse balaio”, foi produzido pela repórter Yasmin Santos e publicado no dia 22 de maio de 2018. A seguir, apresentamos o primeiro parágrafo da reportagem:

O despertador de Muniky Moura toca algumas vezes até que ela levanta da cama. De pé, arruma-se para o trabalho em menos de 20 minutos. Às 6h30 já está no ponto de ônibus, a um quarteirão de casa – no bairro Parque Paulista, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense – esperando a condução. Dali até o trabalho como assistente administrativa na sede da Vale, em Botafogo, na Zona Sul do Rio, são 48 quilômetros. Moura embarca no primeiro ônibus da manhã e chega no seu destino, na maior parte das vezes, quatro horas depois. São dezesseis horas fora de casa, todo dia. Entre deslocamento, trabalho e os cuidados com a filha de 5 anos, ela tem preocupações maiores do que com a política. Quando é provocada a pensar nas eleições de outubro, tem uma única certeza: não vota nem no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nem no deputado federal Jair Messias Bolsonaro, do PSL. Aos 33 anos, Moura personifica a eleitora ‘nem nem’ – que decide seu voto na última hora, fica fora do radar das pesquisas de intenção de voto e costuma definir os rumos de uma eleição. Quando somada a seu par masculino, chega a 43% do eleitorado, como mostrou estudo encomendado pela *piauí* ao Ibope. Nem Lula e nem Bolsonaro, os dois maiores nomes destas eleições até agora, têm tantos eleitores. Eles são os mais cobiçados pelos candidatos de centro, por fugirem de radicalismos. E, por só decidirem no último momento, eleitores como Muniky Moura são o maior desafio dos institutos de pesquisa (Santos, 2018, para. 23).

Tomando esse trecho, entramos no primeiro questionamento: como definir o que é o JL, sem deixar de considerar que, como lembra Castro (2010), todas as tentativas de defini-lo foram infrutíferas? Essa falta de unanimidade para uma definição – e mesmo para uma designação, uma vez que convivem terminologias como “jornalismo narrativo”, “literatura de realidade” e “novo jornalismo¹” – é demonstrativa de um primeiro lugar de entremeio em que se coloca a prática discursiva que aqui chamamos de JL.

Essa dificuldade é indicativa da falta de identificação com o que há de mais tradicional na narrativa jornalística – a pirâmide invertida e a proposta de objetividade –, mas, ao mesmo tempo, uma percepção, ao leitor mais atento ou aos especialistas nessas práticas, de que há, nesses textos, alguns indícios de um deslocamento: detalhes sobre a dificuldade que a personagem tem para acordar, por exemplo, poderiam ser considerados completamente desnecessários para a narrativa jornalística mais usual. Kramer (1995) já demonstrava esse lugar de (in)definição, ao se referir ao JL dizendo que “you-know-it-when-you-see-it” (você sabe quando o vê, em tradução livre).

Há divergência também em relação à origem do próprio termo “jornalismo literário”, embora, entre os autores que mais se debruçam sobre sua constituição histórica, somente Lima (2010) faça alguma menção datada. Para o autor, o termo teria surgido por volta da década de 1930, nos Estados Unidos. Essa historicização não pode gerar a incauta percepção de que estaria nesse momento o surgimento do JL como prática, uma vez que a relação entre os discursos jornalístico e literário encontra-se, ora mais porosa, ora mais impérvia, notável desde as origens de um gesto narrativo praticado pelo ser humano ou na gênese daquilo que, mais tarde, seria delimitado como “jornalismo” ou como “literatura”. É preciso ainda lembrar que são comuns confusões que se referem à alcunha “literário”, como característica temática ou de uma editoria, da mesma forma do que acontece com “jornalismo político” ou “cultural”, em que o adjetivo designa uma especialização ou segmentação.

Do ponto de vista das conceituações, além da terminologia e da própria definição do que seja o JL, mencionamos o fato de que, em geral, as correntes brasileiras caracterizam-no ora como uma prática, que viabiliza a relação entre forma (literária) e conteúdo (jornalístico), ora como uma alternativa ou transgressão às práticas consolidadas do jornalismo tradicional. Nossa proposta é retirar o JL desse lugar, colocando-o noutra, também um espaço de entremeios, mas sem as dicotomias historicamente a ele associadas.

Caberia aqui uma longa discussão sobre o próprio conceito de literatura empregado na área. Em geral, a concepção utilizada pelos trabalhos sobre JL está relacionada ao tratamento estético da língua, muito próxima das características formais definidas por Proença Filho (2007) ou, *grosso modo*, pelo campo da estilística: complexidade, multissignificação, predomínio da conotação, liberdade na criação, ênfase no significante e variabilidade. Por esse olhar, no JL, o conteúdo

e os objetivos jornalísticos antecipam-se à forma, o que seria uma diferença em relação à literatura de ficção. Por sua vez, o conteúdo jornalístico é aquele que atende às instâncias do interesse público, da universalidade, do ineditismo e da relevância, contempladas na ideia de noticiabilidade (Wolf, 1999; Castro, 2010; Ormaneze, 2013).

Do ponto de vista do conteúdo, a reportagem de *piauí* considera os valores-notícia: trata-se de um material produzido a partir de um dado estatístico, retirado de uma pesquisa. Cinco meses antes daquela que seria uma das eleições mais polarizadas do país nos últimos tempos, 43% do eleitorado – portanto, com grande poder de decisão –, ainda não tinha se decidido, pois não se identificava com nenhum dos dois principais candidatos que, cada um num polo, estavam à frente na disputa.

Pelo viés estilístico, os efeitos estéticos são produzidos pelo uso da linguagem e também por quatro características que, de acordo com Wolfe (2005), definem o JL como forma: 1) a construção cena a cena; 2) o uso de diálogos; 3) os símbolos de status de vida; e 4) o ponto de vista flexível da narrativa, pelo qual o narrador não precisa ser apenas observador. A história pode ser contada “por intermédio dos olhos de um personagem particular, dando ao leitor a sensação de estar dentro da cabeça do personagem, experimentando a realidade emocional da cena como o personagem a experimente” (Wolfe, 2005, p. 54).

No caso da reportagem de *piauí*, a primeira e a terceira característica são observáveis. A narrativa foi construída como se o leitor pudesse acompanhar um dia na vida da personagem, começando com o despertar e terminando com o retornar para casa. Há, nessa narração, momentos de quebra de cronologia, utilizados para serem abordadas passagens sobre o passado da personagem, como suas opções de voto nas eleições de 2010 e 2014 e a contextualização de outros fatos, como uma intervenção militar em curso no Rio de Janeiro para combater a violência.

Wolfe define os símbolos de status de vida como a descrição do “padrão de comportamento e posses, por meio do qual a pessoa expressa sua posição no mundo ou o que ela pensa que é seu padrão ou o que gostaria que fosse” (Wolfe, 2005, p. 55). No caso dos símbolos de status de vida, há menções sobre o fato de a personagem usar três veículos do transporte público para voltar para casa depois do trabalho (“**na terceira condução para casa**, uma via foi fechada e o ônibus mudou seu trajeto”, grifo nosso), as características do

quarto (“pintado de lilás”) e o interesse pela leitura de “*O pequeno príncipe*, em voz alta”. Também há a menção do “medo” de que o Brasil fosse governado por um presidente de extrema-direita.

No caso de diálogos, há apenas a citação de falas da personagem. Nenhuma cena é reconstruída de modo que haja a interação com outras pessoas por meio de falas. Em relação ao ponto de vista da narrativa, nota-se a presença de um narrador imerso na realidade da personagem, mas, ainda assim, ele é um observador onisciente, comum nos textos jornalísticos tradicionais.

Numa abordagem que busca reunir atributos que tocam tanto os aspectos jornalísticos quanto literários, Lima (2009) indica dez características nas produções do JL: humanização; compreensão; contar uma história; universalização temática; imersão; voz autoral; criatividade/estilo; simbolismo; exatidão/precisão; e responsabilidade ética. Esse esquema está mais simplificado nas definições basilares para a configuração da extinta Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL) – da qual Lima foi um dos fundadores – que indicava sete pilares para o JL: humanização; imersão; voz autoral; estilo; precisão de dados e informações; digressão; e uso de símbolos e metáforas. Tomando esse roteiro de análise, poderíamos dizer que, no caso da reportagem de *piauí*, a preocupação foi humanizar os dados de uma pesquisa e, por isso, focou-se na história da personagem Munyk para a condução da narrativa. Do ponto de vista da linguagem (estilo, símbolos e metáforas), poderíamos ter como foco de análise a série de comparações e oposições (antíteses) explorada em todo o texto, como é exemplo em: “Se **alimenta** em relação ao petista sua desilusão e desconfiança, **nutre asco** pelo militar reformado” ou “Muniky Moura não culpa **a desinformação**. Pelo contrário, ela acredita que o brasileiro está **informado até mais**” (grifos nossos). A presença de diversos pares antitéticos serve para reforçar a descrença da personagem que, mesmo entre duas opções tão diferentes, coloca-se no lugar de não escolher nem um, nem outro, metaforizada na expressão “nem-nem”, como é chamada. O efeito de polarização é tão evidente que nenhum dos outros candidatos à presidência (que, à época, já tinham declarado participação no pleito) são citados.

Em seu esforço de caracterização do JL, Pena (2006) considera particularidades menos focadas na linguagem e mais na abordagem, definindo o que chama de “estrela de sete pontas”: potencializar os recursos do jornalismo; ultrapassar os limites do acontecimento cotidiano; proporcionar uma visão ampla; exercitar

a cidadania; romper com as correntes do lead; evitar definidores primários; e buscar a perenidade do texto. De volta à história de Munyk, poderíamos, numa análise baseada na conceituação de Pena (2006), destacar as questões relacionadas à cidadania imbuídas na discussão sobre política, bem como o fato de que a personagem não é uma fonte comum na imprensa, sendo alternativa, portanto, aos definidores primários, ou seja, pessoas que, pela conveniência ou pelo discurso de autoridade, protagonizam frequentemente as narrativas jornalísticas.

Essas abordagens centradas na forma e no conteúdo constituem-se ainda como memória – no sentido daquilo que fala antes, constituindo o dizer atual (Pêcheux, 2009) –, sobre o que já foi dito sobre JL. Todas essas concepções têm ainda em comum a centralidade no sujeito-jornalista, a quem competiria “capacitar-se”, “dominar técnicas”, “desenvolver formas criativas” para suas abordagens, colocando o repórter como a origem absoluta do dizer, sem considerar o sujeito como interpelado pela história, assujeitado e atravessado por diversas formações discursivas e ideológicas, que tiram dele o pleno controle sobre o que diz e o que pensa.

A evidência de uma centralidade no sujeito que domina seu fazer jornalístico e estético se faz presente, nos textos teóricos citados, pela presença, por exemplo, de verbos no infinitivo, que servem como “tarefas” ou “etapas” a serem cumpridas por um repórter: “potencializar”, “ultrapassar”, “exercitar”, etc. Em suma, a visão de sujeito em jogo nessas definições aproxima-se, apesar dos deslocamentos aí previstos, à ideia do jornalista como gatekeeper.

3. Em busca de pro/respostas

É difícil diferenciar o que é proposta e o que é resposta na pós-modernidade, considerando a convivência de teorias e a necessidade de abordagem transdisciplinar para explicar práticas, fenômenos e a própria ciência. Uma discussão sobre o sujeito coloca-se, então, como necessária, haja vista sua centralidade nas diversas reflexões e, particularmente aqui, a questão de tentar uma resposta para quem seria o “sujeito-jornalista-literário”.

As práticas estéticas, em geral, são abordadas no jornalismo, a partir da centralidade no indivíduo, que seria origem de todo dizer e dominaria os recursos utilizados. Ao abordar a questão

da subjetividade, as teorias que tentam explicar e compreender o JL colocam-na como uma oposição à objetividade ou então como um processo natural ao ser humano que, pela indissociabilidade, apareceria no que ele escreve.

A questão da objetividade e da subjetividade é, ao mesmo tempo, central e perturbadora para as teorias do jornalismo desde as definições feitas nos Estados Unidos pelo psicólogo David Manning White, no que ficou conhecido como a Teoria do *Gatekeeper*. Sociólogo e comunicólogo, com origens no funcionalismo e influenciado pela psicologia comportamental, White estudou o fluxo de notícias dentro de jornais, com o intuito de localizar filtros para o que se transformava em notícia. O editor, representado pela figura do porteiro (*gatekeeper*, em inglês), tornava-se o responsável por essa seleção noticiosa e, conseqüentemente, pelos recursos narrativos utilizados. A própria palavra “recurso” já materializa esse sujeito consciente: numa plêiade de possibilidades, selecionar-se-iam aqueles a serem utilizados.

Fragilidades da perspectiva de White foram indicadas na seqüência, inclusive por outras teorias, como o *Newsmaking*, que abriram a discussão para elementos ideológicos e mercadológicos nesse processo de seleção de notícias (Wolf, 1999). Apesar disso, malgrado os anos 1960 e 1970 terem sido representativos da emergência de questionamentos à ideia de um sujeito coincidente consigo mesmo, a discussão sobre o sujeito-jornalista passou alheia, a não ser por estudos que começaram a se desenvolver em outras áreas, em geral, como uma crítica à forma como o jornalismo se (auto) analisava. No entanto, pouco dessas reflexões, entre elas as propostas pela psicanálise, tocavam as discussões nos círculos acadêmicos da comunicação que, por sua vez, nesse período da história, procurava se configurar como uma ciência ou campo autônomo de estudos.

Assim, as teorias do jornalismo baseiam-se num mito psicológico determinista para definir o que seria o sujeito-jornalista. A crítica a esse mito está no cerne das discussões iniciadas pelo filósofo Michel Pêcheux, no final da década de 1960, quando insurgiu uma nova teoria para a linguagem. A publicação de *Análise Automática do Discurso* (*Analyse Automatique du Discours*), de 1969, apresenta os princípios de uma visada que ele desenvolveria a partir daquele momento junto a um grupo de intelectuais franceses de diversas origens, como a linguística, a história e a sociologia. Em alguns momentos, mas não sem manter clareza em pontos de divergência, esses autores trariam algumas discussões propostas também por

Michel Foucault, de quem se aproximaram, principalmente, em razão do conceito de “formação discursiva”, sobre a qual falaremos à frente.

Pêcheux, que havia sido aluno de Louis Althusser (1918-1990), trabalhava num laboratório de psicologia social, com o intuito de confrontar as ciências humanas, particularmente a história, a psicanálise e a linguística. Nesse entremeio, o filósofo questiona:

No espaço desse mito psicológico, a história nada mais é do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas; a língua nada mais, do que uma (reduzida) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente nada mais, do que a não-consciência que afeta negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais há pouco mencionadas (Pêcheux, 1998, p. 51).

Dessa citação, podem ser tomadas diversas críticas à forma clássica como o jornalismo é concebido. A “série de situações de interações” encontra equivalência na ideia objetiva de fatos que se transformariam, por critérios conscientes e definidos, em notícias. Da mesma forma, a língua é tida – e os manuais de redação reforçam essa concepção – como conjunto de signos com sentidos estabilizados, aos quais o jornalista deve saber escolher o melhor exemplar para compor frases. Mesmo em abordagens e análises sobre JL, é comum ter-se a língua como algo a ser dominado – em termos gramaticais e estilísticos – e para a qual técnicas seriam suficientes para garantir a criatividade e o tratamento estético. Em síntese, o sentido a ser produzido pela linguagem é tido como já-dado, transparente, resultante de ações conscientes do jornalista, como ritual sem falhas, sem derivas, sem escapes. Ademais, resta lembrar sobre essa questão que

A visão de um sujeito coincidente consigo mesmo, determinado e com todo o domínio de seu dizer e suas práticas, é propícia ao estatuto do Jornalismo, pois possibilita a concepção de um profissional que consegue dominar o que escreve, diz, publica. Isso facilita – e é o único modo de conceber e replicar – a ideia de objetividade e neutralidade (Ormanez, 2016, p. 7)

Por outro lado, essa visão de sujeito é incoerente com as próprias características indicadas para o JL. Os campos do estilo, da subjetividade, da estética e do olhar para o mundo, interpretando-o, estão noutra ordem, fora do binômio positivista objetividade-subjetividade. A importância de uma teoria do sujeito para o JL abre possibilidade de um novo lugar para se pensar o jornalismo quando dele são amputadas características medulares, como a imparcialidade

e a objetividade, uma vez que não só as técnicas, como também as teorias que ainda carregam uma memória positivo-funcionalista, tendem a cristalizar reducionismos e dicotomias.

4. O que Pêcheux diria disso?

Olhar para a reportagem de *piauí* sobre o pouco interesse dos jovens pela política, protagonizada pela história de Muniky, a partir da visão de sujeito e de linguagem de Pêcheux, colocaria questões diversas à análise, transpondo a discussão sobre forma e conteúdo. Tornam-se oportunas, assim, questões como qual imaginário de jovem e de política a repórter traz em seu texto, qual seu lugar de fala, de que forma os recursos literários mobilizados são também ideológicos e de que maneira o saber e a memória sobre “jornalismo”, “juventude”, “política” e “literatura”, entre outros temas possíveis, estão materializados. Por outro lado, a visão pecheutiana também conduz a questionamentos sobre o leitor de tal texto e os lugares em que ele se coloca, produzindo imaginário para se identificar com tais formulações. Assim, a teoria de Pêcheux, quando aplicada a essa discussão, amplia a abordagem sobre o JL, pois está preocupada também com aquilo que não está na superfície da língua e das técnicas jornalísticas, mas nos processos históricos. Diante de um trecho como “entre deslocamento, trabalho e os cuidados com a filha de 5 anos, ela tem preocupações maiores do que com a política”, poderíamos perguntar se “preocupações maiores” são um julgamento, o que soaria como uma ironia, ou se é uma constatação, por estereótipo historicamente construído, de que, para uma mãe, as maiores preocupações devem estar em casa.

A abordagem discursiva de Pêcheux baseia-se na não literalidade, ou seja, a língua está determinada pela materialidade histórica, não é um sistema neutro de signos que transmite, a partir da intencionalidade, determinado conteúdo. É o conjunto de dizeres do passado e a memória sobre ser mãe, ser pobre e fazer política que produzem os sentidos sobre Muniky. Aqui, é possível a aproximação com a teoria de Foucault, para quem “um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e um proposição a conjunto dedutivo” (Foucault, 1997, p. 135). A formação discursiva, por sua vez, é perceptível a partir de uma série de regularidades:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes, sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamento, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (Foucault, 1997, p. 43).

Em outras palavras, a formação discursiva diz respeito ao que pode e deve ser dito em determinadas condições de produção do discurso. Uma análise que tente detalhar toda a complexidade do JL deve levar em conta esses processos, os quais estão no campo da constituição do discurso e ajudam a explicar o que se lê e que sentidos circulam sobre pessoas e fatos.

Pêcheux concebe o sujeito como alguém que não está livre para escolher, deliberadamente, o que falar e quais efeitos produzir, pois o dizer estará sempre determinado pelo interdiscurso, ou seja, conjunto de tudo o que já foi dito sobre algo e que sustenta, com dominância de alguns dizeres e sentidos, todo o dizer atual. A dificuldade de conceber os sentidos como não originário naquele que escreve está no fato de que, através da história, eles são apropriados como naturais, constituindo-se como processos ideológicos. A interpelação do indivíduo em sujeito do discurso se dá pela identificação com a formação discursiva e, por isso, não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Mesmo quando age no plano da consciência, o sujeito só consegue enunciar aquilo que lhe é formulável na formação discursiva em que se inscreve.

O conceito de ideologia empregado por Pêcheux, por sua vez, rompe com a noção marxista, pois, para o filósofo francês, o ideológico não é simplesmente a expressão da ideologia burguesa dominante, mas *local* e *meio* para a realização dessa dominação. A leitura a que se propõe é um olhar para a opacidade do texto, compreendendo o que o sujeito diz sempre em relação a outros dizeres e à história:

Uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se construir, contentar-se em reproduzir, como um de seus objetos teóricos, o 'sujeito' ideológico como 'sempre-já dado': na verdade, e isso por razões imperiosas que dizem respeito à intrincação dos diferentes elementos que acabamos de enunciar, essa teoria não pode, se deseja começar a realizar suas pretensões, dispensar uma teoria (não-subjetivista) da subjetividade. Dessa forma, o domínio teórico de nosso trabalho se encontra definitivamente determinado por três regiões interligadas, que designaremos, respectivamente, como a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciências/ideologias. (...) Sejamos precisos: o que o idealismo impossibilita compreender é, antes de tudo, a prática política

e, igualmente, a prática da produção dos conhecimentos (assim como, por outro lado, a prática pedagógica), ou seja, precisamente, as diferentes formas sob as quais a 'necessidade cega' (Engels) se torna necessidade pensada e modeladas como necessidade (PÊCHEUX, 2009, p. 121-122).

Nesse ponto reside a principal discordância dessa concepção com aquela advinda das propostas positivo-funcionalistas que tentam entender o jornalismo pela oposição entre objetividade e subjetividade, ou polarizando a discussão entre jornalismo tradicional e JL. Na perspectiva pecheutiana, o sentido só é possível porque "a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter regional e comportam posições de classe" (Pêcheux, 2009, p. 146). Isso, por conseguinte, só é factível a partir da materialidade linguística, que aparece nas formações discursivas, ou seja, no que cada sujeito constrói como texto e como um outro sujeito o lê. O que está em jogo na produção de uma reportagem e nos elementos estéticos utilizados é mais do que um devir de relatos e uma preocupação estilística. Há uma necessidade de subjetivação e de identificação, uma busca de um autorreconhecimento, seja de quem escreve o texto em relação ao personagem, seja do leitor em relação ao personagem ou àquele que escreve.

Uma abordagem pecheutiana do texto jornalístico se preocupa em saber o que foi esquecido, ou seja, o que, de alguma forma, não foi dito. Diante do texto da *piuí*, perguntar-se-ia, por exemplo, que determinações histórico-ideológicas fizeram com que a repórter destacasse a dificuldade da personagem para acordar e não a preocupação dela em como se arrumar (nos 20 minutos que tem para isso), sem que isso esteja entre as "preocupações maiores". Poderia ainda perguntar-se pelo fato de o texto focar na polarização entre os dois primeiros nomes da disputa presidencial, caracterizando a personagem como "nem (um) nem (outro)", sem, no entanto, apresentar as possibilidades que estariam nesse espaço de alternativas entre Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Está aí também a memória do jornalismo, que se consolidou em trabalhar com os conflitos, com as polarizações, com os dois lados. Mesmo no espaço alternativo do JL, essa memória produz efeitos.

Além disso, uma leitura discursiva poderia ainda se debruçar sobre a presença de uma polaridade entre homem e mulher no texto, expressa em termos como "par masculino" ou numa demonstração de preocupações maternas logo nas primeiras investidas em torno do que seriam tentativas de humanizar a personagem. Os símbolos de

status de vida, citados não só no primeiro parágrafo da reportagem, como em outros momentos, podem ser compreendidos pela relação estabelecida com o já-dito ou com o esquecido sobre determinadas classes sociais ou faixas etárias. São as “coisas-a-saber” sobre ser mulher, pobre e jovem, dadas pelas relações do texto com o exterior da língua. Como mulher, à personagem associam-se símbolos que se constituíram na memória sobre gênero, como os cuidados maternos. É assim que o texto termina, colocando a eleitora “nem nem” no lugar de mãe, a ler *O pequeno príncipe* para a filha e, por ela, abrindo mão da discussão política: “Mariah [*a filha*] adormece no meio de um parágrafo. Tal qual o príncipezinho [*O pequeno príncipe, de Saint-Exupéry*], preocupado em proteger a rosa com quem divide seu mundo, a mãe tem medo, e quer agora cuidar de sua flor. **Política ela deixa para depois**” (Santos, 2018, para. 23). As “preocupações maiores” são, ao mesmo tempo, determinantes e determinadas pelo que se diz sobre a personagem.

O esquecimento de que falamos há pouco afeta o sujeito de duas maneiras, de acordo com Pêcheux (2009). A primeira delas é da ordem da ideologia: o sujeito tem a ilusão de estar nele mesmo a origem do que diz, quando há uma retomada de sentidos preexistentes, historicamente determinados e que configuram um lugar de fala. O segundo tipo é da ordem da enunciação, ou seja, faz lembrar o fato de que sempre haveria outras formas de dizer, embora essa não seja uma percepção consciente. “Isso produz uma ilusão, a de que o que dizemos só podia ser dito daquele jeito, o que é uma falácia, uma vez que o modo de dizer não se encontra dissociado da história” (Ormaneze, 2016, p. 9). Dito de outro lado, é como se, na observação para a reportagem ou na escrita do texto, somente aquilo que foi observado como símbolo de status de vida, por exemplo, pudesse sê-lo, como um já-dado, uma característica transparente, a ser observada e registrada pelo jornalista. Os sentidos dessas observações e dessas escolhas, no entanto, são da ordem do ideológico. Tem-se aí uma tensão da plenitude da presença do sujeito-jornalista, que opera como testemunha do que observou e que traria o privado para o público pela escrita da reportagem.

A noção de sujeito em Pêcheux pode, assim, ser compreendida como uma espécie de crítica àquela presente em teorias como o Gatekeeper ou o Newsmaking, marcadas pela “dupla face de um mesmo erro central, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como ideias e não como forças materiais e, de outro

lado, em conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas ‘constituem os indivíduos em sujeito’” (Pêcheux, 2009, p. 120). A ideia de subjetividade, na perspectiva que aqui adotamos, fica atrelada, indissociavelmente, a um lugar de fala e a uma construção histórica. Para o JL, isso coloca alguns avanços teóricos, como o próprio questionamento de suas características e da ideia de humanização.

A humanização e os recursos literários não podem ser tidos como transparentes, como já-dadas, a que todos teriam acesso com a mesma configuração. A definição de como um sujeito será retratado por outro num texto jornalístico passa por construções ideológicas, sujeita ao movimento da história. O que é humanizar hoje e para determinado sujeito-jornalista não o será em outras condições ou sob outros lugares de fala. Essa perspectiva amplia o caráter complexo da prática do JL: sujeitos de linguagem e pela linguagem em todos os sentidos:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (Pêcheux, 2012, p. 56)

Ser autor ou ser leitor são posições do sujeito, na relação com a história e a linguagem, tornando-se um foco de coerência para os enunciados, no contato do texto com outros sentidos. Uma boa pergunta a se colocar para o JL em trabalhos que explorem essa concepção de sujeito é: o que possibilita a representação de determinado personagem num texto e de que maneira a ideia de humanização é responsável por ela?

5. Madeira, vento e ferro na língua: uma estética em Michel Pêcheux

As definições sobre o sujeito deixam ainda a pergunta sobre o que seria o estético em Michel Pêcheux e como ele se relacionaria com a ideia de literatura. Diferente da maioria dos autores, Pêcheux e Gadet (2004) colocam a “linguagem poética” em patamar igualitário a todas as manifestações de linguagem, sem que haja uma relação de predominância. Isso se explica porque, independente de características formais ou estilísticas, a linguagem está determinada

pelas relações materiais com a história e a ideologia. O assujeitamento à linguagem, para Pêcheux, não se realiza fora do ideológico ou da identificação à formação discursiva, embora esse seja também o espaço do recalque:

Os significantes aparecem dessa maneira não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi 'sempre-já' desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está 'sempre-já' desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sense* do significante (Pêcheux, 2009, p. 176).

Por essa via, a questão da metáfora é expandida para além do jogo estilístico: ela se encontra em parte ligada ao significante e em parte ao signo na sua totalidade histórico-ideológica. Isso envereda considerações sobre a natureza da linguagem no JL:

Está em jogo aí tanto a possibilidade de se usar uma palavra ou outra, em função de relações de similitude (sinonímia), quanto a possibilidade de, nesse processo de substituição contextual de uma palavra por outra, chegar-se a um termo bastante distanciado do primeiro, mas que guarda, com esse primeiro termo, uma memória de sentido (Mariani, 2007, p. 12).

“Nem-nem”, por exemplo, é um significante que produz efeitos distintos do que teríamos se a personagem fosse chamada como “a indecisa” ou simplesmente “indecisa”.

Assim, só seria possível pensar numa estética pecheutiana se considerarmos que a poesia não está na língua, mas no sujeito que a formula e que entra em contato com essa formulação por meio da leitura, ou seja, é preciso considerar o lugar discursivo do sujeito. Somente ao estar interpelado pela ideologia e filiando-se a determinada formação discursiva é que ele fará certo uso da língua, estabelecendo essa fenda que liga o que é tido como jornalístico e o que tido como literário. Como efeito de linguagem, o JL está no espaço de movimento entre o que Pêcheux e Gadet (2004) nomeiam de “língua de ferro”, “língua de madeira” e “língua de vento”.

Como uma gradação, na relação com o ideológico, a “língua de madeira” remete a um sistema fechado, doutrinário, prescritivo e normativo, a exemplo do que se tem na gramática, no direito, na ciência, no jornalismo dos manuais e na religião. Já a “língua de vento” marca-se pelo que é volátil, pelo fluído, pelo fugidio na instantaneidade dos sentidos, como acontece na língua artisticamente trabalhada. A “língua de ferro”, noutro extremo, é característica do

totalitarismo de um único sentido. A questão para a qual Pêcheux alerta, no entanto, é que essas diferentes manifestações não podem ser dissociadas da discussão sobre poder e ideologia, uma vez que elas podem se mascarar, se tangenciar e se articular. Dessa forma, a análise do texto de *piauí* só seria frutífera se levasse em conta o lugar de fala da revista, as relações políticas ali estabelecidas e os sentidos a partir dessa enunciação em relação a outras. Escrever sob o nome *piauí* produz efeitos distintos daqueles caso a repórter estivesse em outra publicação.

A distinção madeira/vento/ferro não se apresenta como tricotomia excludente, mas sim como pontos de uma escala em que, a todo instante, ocorrem movimentações. A linguagem artística submete-se aos mesmos funcionamentos ideológicos de qualquer outra manifestação. Se “as palavras são armas, venenos ou tranquilizantes” (Klaus citado por Pêcheux, 2009, p. 289), tem-se a importância de uma leitura não formalista dos textos do JL, para que “construções estéticas” ou o campo do meramente “bem escrito” não escondam os processos de poder que os permitiram emergir.

6. Considerações sobre o (des)encontro e o (re)arranjo

As discussões indicadas neste texto são (des)encontros de teorias, que permitem alguns (re)arranjos na forma de pensar, analisar e produzir JL. A proposta que colocamos aqui é que haja uma expansão da ideia de sujeito contida nos estudos de comunicação e de jornalismo, para que a análise dessas influências não fique restrita a uma ideia de subjetividade tida como individualidade, originária no próprio indivíduo, mas que considere as interpelações, o caráter ideológico e a historicidade, inclusive das próprias práticas jornalísticas.

Retomemos a figura do porteiro, do *gatekeeper*, vista sob o prisma do sempre possível deslize: o “porteiro” é aquele que decide quem/o quê entra, mas também aquele que cumpre ordens para decidir por esse ingresso. Que ordens são essas? Diríamos que elas são também fruto de uma interpelação, de uma história, de uma memória.

Nesse sentido, a leitura de Michel Pêcheux e de outros autores que a ele se filiam pode contribuir para a formação de teoria(s) do JL e para a formação de novos profissionais da área, principalmente, em tempos de crise da imprensa e de questionamentos da

produção jornalística. Coloca-se em questão a escrita como sempre autobiográfica, materializando sentidos de um sujeito-autor para um sujeito-interlocutor. Assim, a identificação que possibilita a ideia de humanização torna-se mais uma evidência de sujeitos que escrevem e leem numa mesma formação discursiva, produzindo sentidos a partir da memória.

O JL sempre se colocou, inclusive como característica central em alguns de seus momentos mais importantes, como no período do *New Journalism*, como o diferente, como aquele que tem outras perspectivas e outro olhar sobre a realidade. Nesse sentido, toma mais relevância a necessidade de reflexão aqui iniciada sobre o sujeito-jornalista, uma vez que, para ser diferente, compete ao JL explicar-se por meio de propostas que consigam abordar sua complexidade e sua dimensão política.

NOTAS

- 1 Defendo que esta nomenclatura não possa ser designativa de toda e qualquer prática de JL. Para mim, o termo, que prefiro manter em inglês, *New Journalism*, designa somente um momento da história da relação entre jornalismo e literatura, que teve lugar nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970, no contexto estético-ideológico da contracultura e como reação ao romance de ficção existencialista, em alta nos círculos literários do período. Tom Wolfe, autor expoente desse período, seja como jornalista ou como estudioso da temática, em texto publicado no livro *Radical Chique e o Novo Jornalismo*, diz não ter clareza de como surgiu a expressão e a rechaça, ao dizer que “qualquer movimento, grupo, partido, programa, filosofia ou teoria que tem ‘novo’ no nome está chamando confusão” (Wolfe, 2005, p. 40). Wolfe descarta, inclusive, a possibilidade de compreender o *New Journalism* como um “movimento”, tratando-se, para ele, de uma “espécie de excitação artística no jornalismo” (Wolfe, 2005, p. 40-41).
- 2 Para Pêcheux, as condições de produção não são apenas as circunstâncias de emergência de um discurso. Elas são também o imaginário produzido e projetado sobre determinada questão, numa relação direta com a memória.

REFERÊNCIAS

- Bulhões, M. (2007). *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática.
- Castro, G. (2010). *Jornalismo literário: Uma introdução*. Brasília: Casa das Musas.
- Foucault, M. (1997). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2009). O que é um autor? In Motta, M. B. (Org.). *Foucault – Ditos e escritos III*. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 264-298.
- Kramer, M. (1995). Breakable rules for Literary Journalists. In Sims, N. & Kramer, M. (Orgs.). *Literary journalism: A new collection of the best American nonfiction*. New York: Ballantine Books, pp. 21-34.
- Lima, E. P. (2009). *Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4. ed. São Paulo: Manole.
- Lima, E. P. (2010). *Jornalismo literário para iniciantes*. São Paulo: Clube dos Autores.
- Mariani, B. S. C. (2007). Silêncio e metáfora, algo a se pensar. In Indursky, F. & Leandro-Ferreira, M. C. (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz.
- Martinez, M. (2017). Jornalismo literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. *Revista brasileira de ciências da comunicação*, 40 (3), set/dez. pp. 21-36. Doi: 10.1590/1809-5844201732
- Medina, C. (2006). *O signo da relação*. São Paulo: Paulus.
- Medina, C. (2008). *Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus.
- Ormaneze, F. (2013). O gênero perfil à luz dos valores-notícia: uma contribuição ao estudo do Jornalismo Literário. In *Anais 6º Encontro Paulista de Professores de Jornalismo*. São Paulo: FNPJ, 1, pp. 1-15. Recuperado de www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=983&cf=26. Acesso em 02 maio 2018.
- Ormaneze, F. (2016). O “sujeito do jornalismo” e o “sujeito do discurso”: uma (re)análise da teoria do Gatekeeper a partir de M. Pêcheux. In *Revista do Aled*. São Carlos: UFSCar, v. 2, pp. 1-11. Recuperado de www.revistaaledbr.ufscar.br/index.php/revistaaledbr/article/view/140/134. Acesso em 03 maio 2018.
- Pena, F. (2006). *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto.

Pêcheux, M. (1998). Sobre a (des)-construção das teorias linguísticas. In Cruz, C. & Jouët Pastré, C. (Orgs.). *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. & Gadet, F. (2004). *A língua inatingível: O discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (2009). *Semântica e discurso: Uma crítica à reafirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

Pêcheux, M. (2012). *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 6. ed. Campinas: Pontes.

Pronça Filho, D. (2007). *A linguagem literária*. 8. ed. São Paulo: Ática.

Santos, Y. (2018, 22 de Maio). Me deixe fora deste balaio. *Piauí*. Recuperado de piaui.folha.uol.com.br/fora-do-balaio/

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença.

Wolfe, T. (2005). The New Journalism. In: Wolfe, T. *Radical chique e o novo jornalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, pp. 7-86.

Fabiano Ormaneze é jornalista pela PUC-Campinas, especialista em jornalismo literário pela Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL), mestre e doutorando pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição onde é também professor-convitado na Escola de Extensão (Extecamp). Professor nos cursos de graduação em comunicação do Centro Universitário Metrocamp (UniMetrocamp) e na pós-graduação do Centro Universitário Senac-SP, campus Campinas. E-mail: ormaneze@yahoo.com.br

RECEBIDO EM: 04/08/2018 | ACEITO EM: 25/09/2018